

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

# Giros à direita

Análises e perspectivas  
sobre o campo  
libero-conservador





Fabiano Godinho Faria é graduado e mestre em história social pela Universidade Federal Fluminense e doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente leciona como professor efetivo no Instituto Federal do Rio de Janeiro.



Mauro Luiz Barbosa Marques é historiador. Doutor pela UNISINOS (RS) e professor no Instituto Federal de Pernambuco. Dedicar-se à pesquisa em temas como mundo do trabalho e história dos pensamentos políticos.

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

# Giros à direita

Análises e perspectivas  
sobre o campo  
libero-conservador



Sobral  
2020

SER  
TÃO  
CULT





Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222

contato@editorasertaocult.com

sertaocult@gmail.com

www.editorasertaocult.com

### **Coordenação do Conselho Editorial**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

#### **Conselho Editorial**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Antonio Iramar Miranda Barros

Camila Teixeira Amaral

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Cícero João da Costa Filho

Francisco Dênis Melo

Geranilde Costa e Silva

Gilberto Gilvan Souza Oliveira

João Batista Teófilo Silva

Juliana Magalhaes Linhares

Maria Aparecida de Sousa

Raimundo Alves de Araújo

Raul Max Lucas da Costa

Regina Celi Fonseca Raick

Tito Barros Leal de Pontes Medeiros

Valeria Aparecida Alves

Viviane de Souza Lima

Telma Bessa Sales

### **Coordenação Editorial e Projeto Gráfico**

Marco Antonio Machado

#### **Revisão**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

#### **Ilustrações**

Mateus de Paula Pimentel Ferreira

#### **Catálogo**

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

G527    Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador./ Fabiano Godinho Faria, Mauro Luiz Barbosa Marques, (Organizadores). - Sobral- CE: Sertão Cult, 2020.

254p.

Número ISBN: 978-65-87429-04-5 - papel

Número ISBN: 978-65-87429-05-2 - E-book-pdf

Doi: 10.35260/87429052-2020

1. Política. 2. Liberalismo. 3. Conservadorismo. 4. Progressivismo. I. Título. II. Faria, Fabiano Godinho. III. Marques, Mauro Luiz Barbosa.

*Agradecemos o apoio das seguintes entidades sindicais  
de servidores dos Institutos Federais de  
Educação, Ciência e Tecnologia:*





# Sumário

Apresentação / 9

Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro / 13  
**Michael Löwy**

Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do cone sul da América Latina / 20  
**Hernán Ramírez**

Ultraliberalismo autoritário e o aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana / 46  
**David Moreno Montenegro**

A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas / 71  
**Rejane Carolina Hoeveler**

A direita unida em torno de Bolsonaro: uma análise da rede conservadora no Facebook / 90  
**Celina Lerner**

Alguma coisa está fora do tempo: a doutrina da guerra revolucionária e o delírio anticomunista da família Bolsonaro / 122  
**Fabiano Godinho Faria**

Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro / 159  
**Michelangelo Torres**

A revolução a partir da extrema direita: análises dos projetos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Nacional Sindicalismo (N/S) / 174  
**Felipe Cazetta**

Armas, literatura ‘panfletária’ e antissemitismo: a postura conservadora de Gustavo Barroso no Brasil dos anos 1930 / 193

***Cícero João da Costa Filho***

Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea / 222

***Fábio Gentile***

Um fantasma ronda o mundo, o fantasma de Gilead / 241

***Mauro Luiz Barbosa Marques***



# Apresentação

Parece evidente um crescimento expressivo de correntes denominadas como “extrema direita”, entre outros termos, que chegaram ao poder em várias partes do mundo, desde a América, com EUA, Brasil e Colômbia, passando pela Europa, de Hungria e Polônia, chegando à Ásia, de Israel, Turquia e Índia, entre tantos outros Estados Nacionais. Especialmente após a crise econômica global de 2008, saídas por este viés socioeconômico tiveram seu grau de influência ampliando imensamente.

Tal fenômeno não demonstra ser efêmero, apesar de importantes dificuldades onde é aplicado na gestão estatal. Ainda que não reste clara a duração desse processo, ele merece toda atenção e problematização necessárias, pois traz às disputas políticas globais novos elementos nem sempre compreendidos, especialmente pela massa crítica progressista. Estes alinhamentos vinculados à direita extrema, via de regra, combinam de forma contraditória e complementar aspectos conservadores e ultraliberais, regados a práticas autoritárias de cunho neofascista. Em comum, tendem a rejeitar ou reagir a qualquer risco que coloque em xeque a ordem instituída, apesar de uma aparência difusa antissistêmica. Este avanço das direitas extremas pode ser um desdobramento do fracasso do neoliberalismo tradicional em promover a elevação geral do nível de vida pela instalação de uma sociedade de competição perfeita. Como os resultados foram o oposto, apostam numa guinada de ódio em que culpabilizam os setores política e socialmente mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, alternativas políticas ao modelo neoliberal tiveram inúmeras dificuldades e limites nas práticas políticas efetivas.

Desde suas origens, os conservadores são umbilicalmente ligados à defesa da tradição, da hierarquia e temem o “novo”. Historicamente ligam-se a uma ideia de alternativa global à modernidade, ao pensamento progressista e especialmente revolucionário, que reduziu o poder do chamado *Antigo Regime* europeu. Correntes liberais contribuíram em muito para tal virada histórica difundindo ideias sobre a possibilidade do indivíduo autônomo aperfeiçoar sua vida a partir de transforma-

ções baseadas na iniciativa, no progresso e na racionalidade. Curiosamente, liberais e conservadores se aproximaram em muitos sentidos, especialmente a partir da metade do século XIX. Mergulhar em tal problemática, também debatida aqui nesta obra, tem sua centralidade para entender tal processo político contemporâneo. Apenas o pragmatismo político explica tal aproximação?

Os elementos contemporâneos após 2008 carregam um cenário marcado pela decadência econômica e a busca da retomada da taxa de lucros do capital, a constante migração massiva em diversos pontos do planeta, especialmente no sentido “sul-norte”, o desemprego e precarizações extremas da força de trabalho. A falta de respostas de governos de diversas matizes distintas da extrema direita, entre outros fatores, se somam num caldeirão que permite a nova germinação de valores se não esquecidos, bastante minoritários no pós 2ª Guerra Mundial. Assim, neste momento em que o pêndulo político global se movimenta à direita, organizamos esta publicação e convidamos à sua leitura. É pretendido aqui discorrer sobre características, origens, concepções e práticas das “direitas”, em suas diversas matizes, priorizando a compreensão deste problema na contemporaneidade, mas debruçado na longa duração para a devida e aprofundada análise do tema.

Para tal objetivo, onze autores com seus respectivos artigos estão aqui elencados. **Michael Löwy** abre a série de capítulos desta obra discorrendo sobre a amplitude planetária da ação da direita extrema, dialogando com conceitos como fascismo, populismo e neofascismo, colocados à luz da prática política destes partidos e governos espalhados por inúmeros países. Ainda na perspectiva transnacional, fundamental ao tema, **Hernán Ramírez** traz a origem do neoliberalismo, especialmente no Cone Sul americano, e o relaciona com as engrenagens de sistemas autoritários praticados nos Estados da região e chega, temporalmente, a debater tal relação no tempo presente.

**David M. Montenegro** analisa a ascensão do governo Bolsonaro dialogando com o conceito de fascismo dependente pensado na longa duração, tendo como partida os regimes civis militares surgidos da década de 1960 em diante no espaço latino-americano e superando as variadas experiências de esquerda que assumiram o poder a partir do final do século passado. Na perspectiva do tempo presente, **Rejane C. Hoeveler** traz em seu capítulo um estudo sobre as múltiplas relações políticas, militares e empresariais entre as extremas-direitas latino-americanas, bem como suas conexões no último período, especialmente com a eleição de Jair Bolsonaro.

O capítulo escrito por **Celina Lerner** utiliza grafos que demonstram as relações entre mais de nove mil grupos no Facebook que formaram a rede libero-con-

servadora atuante nos últimos anos no Brasil. Uma impressionante radiografia deste instrumento utilizado pelos setores de direita com grande competência e ousadia neste período recente. Por sua vez, **Fabiano Godinho Faria** resgata a Doutrina da Guerra Revolucionária, uma espécie de “teoria da conspiração” importada do exército francês no final da década de 1950, que se tornou a alma da conspiração que derrubou João Goulart. No governo de Jair Bolsonaro, em pleno século XXI, essa mesma doutrina está sendo novamente resgatada das cinzas para justificar o renovado combate à ameaça do comunismo.

Navegando de forma comparativa entre os primeiros períodos republicanos de Brasil e Portugal, **Felipe Cazetta** retrata o embate do integralismo lusitano e brasileiro contra o liberalismo, as correntes socialistas bem como às formas democráticas, mesmo mínimas, de organização societal. No mesmo período histórico, **Cícero João da Costa Filho** analisa a trajetória intelectual de Gustavo Barroso, com destaque ao antissemitismo como elemento fundamental do projeto integralista do qual este intelectual nordestino ocupava a função de chefe da milícia. Nestes dois artigos, o integralismo é desnudado como importante corrente conservadora do início do século passado.

**Fabio Gentile** pensa em seu artigo configurações ideológicas e as organizações políticas da direita brasileira contemporânea. Traz e analisa a categoria de direita “plural”, destacando a tensão liberalismo-autoritarismo, algo presente na história do Brasil. Assim, o fenômeno da direita brasileira é pensado pelo autor numa perspectiva histórica e vinculado às tradições doutrinárias de longa duração. Por seu turno, **Mauro Luiz B. Marques** apresenta uma análise contextualizada da série distópica de imenso sucesso “O Conto da Aia”. Indo bem além do conteúdo da série em si, o autor relaciona a proposta ficcional distópica da autora com o cenário estadunidense, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, bem como desnuda aspectos centrais da doutrina ultra-liberal e ultraconservadora daquele país.

**Michelangelo Torres** aborda uma análise crítica dos primeiros 18 meses da política educacional do governo de extrema direita no Brasil. O andamento da análise recai sobre as continuidades e descontinuidades da política educacional no governo Bolsonaro em relação a governos que o precederam. A hipótese é que há, por um lado, o intuito de uma consolidação ideológica de base conservadora que pretende impor, por viés autoritário, uma nova face à educação no País com requinte de perversidade e obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em um grupo fundamentalista de extrema direita), no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico.

Tais textos analisam as práticas políticas libero-conservadoras-autoritárias planetárias, com destaque ao cenário nacional. Esta coletividade de autores espera contribuir para o pensamento crítico, libertário e de resistência a um mundo em disputa e que, perigosamente, pode voltar a beirar o obscurantismo societal.

### **Os organizadores**

*Fabiano G. Faria & Mauro Luiz B. Marques*

# Armas, literatura panfletária e antissemitismo: a postura conservadora de Gustavo Barroso no Brasil dos anos 1930



*Cícero João da Costa Filho<sup>1</sup>*

## Introdução

Gustavo Barroso (1888-1959) foi um fiel representante das elites conservadoras e reacionárias do Brasil dos anos 1930. Militante integralista, chefe de milícias da AIB, criada em 1932, por Plínio Salgado, bem situado socialmente, politicamente veio a ocupar cargos importantes no Brasil, dentre estes, os mais conhecidos, a direção da Academia Brasileira de Letras (1897), como também foi o primeiro diretor do Museu Nacional (1922). No momento de indefinição política do futuro do Brasil, a ideologia fascista (de Estado Forte, este era o principal argumento de Barroso) foi recebida pelos setores médios da sociedade brasileira, conquistando o integralismo mais de meio milhão de integrantes.

Barroso liderou como Chefe de milícias o movimento integralista, aplaudido por ex-tenentistas, intelectuais, profissionais liberais, médicos e figuras importantes da igreja, como Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Pe. Cabral, dentre outros, defendendo um Brasil de “democracia orgânica”, delineado de forma

<sup>1</sup> Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Ceará e em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará. cursou mestrado, doutorado e pós-doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente é aluno do curso de pós-doutorado, desenvolvendo pesquisa intitulada *Do feixe à pena, um “fascista democrata”: uma análise do Estado brasileiro na Obra Política de Miguel Reale (1931-1937)*, sob a supervisão da Prof.<sup>a</sup> Maria Aparecida de Aquino. É autor dos livros *Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX (1892-1898)*. Ed. LCTE, 2016; *Sílvio Romero: literatura, raça e política (1851-1914)*. Ed. Porto de Ideias, 2016; *No limiar das raças: Sílvio Romero (1870-1914)*. Ed. Todas as Musas, 2017. Organizador da coletânea *Visões autoritárias: reflexões sobre o pensamento conservador no Brasil no século XX*. São Paulo: Ed. Todas as Musas, 2019. E-mail: cicerojoaofilho@gmail.com.

hierárquica, onde a “democracia do número” por meio dos partidos liberais não se tornasse uma realidade. Principalmente a democracia liberal (na concepção de Barroso, uma criação judaica), o comunismo, assim como outras vertentes da esquerda, eram tenazmente combatidos pelo escritor cearense. Barroso rechaçava a participação popular no processo político, acreditava numa “democracia orgânica”, uma “democracia social cristã”, hierarquizando a sociedade brasileira, para combater as políticas de esquerda. Admirador de Mussolini, Barroso é um anti-democrata, que desacredita na filosofia burguesa de Marx por pensar que esta era responsável pelos males sociais, agravando ainda mais a “questão social”.

Gustavo Barroso combateu as forças da modernidade em detrimento de um Brasil de Estado forte. Saiu em ataque aos judeus, para ele os principais agentes do capital, responsáveis pela situação do Brasil e do mundo da época, que precisavam ser eliminados, referindo-se a estes como pragas, bactérias ou cupins. Vamos recuperar a figura não apenas de um fecundo escritor, conhecedor da literatura regional nordestina, como um homem político que divulgou um ideário conservador e reacionário, em meio à mensagem comunista que se alastrava pelo mundo após a experiência comunista russa de 1917. Em meio às diversas alternativas políticas, vamos investir na postura política deste intelectual admirador de Mussolini, que propôs para o Brasil o sistema de corporações e toda uma estrutura social e política ordenada de forma hierárquica. Esmiuçaremos no plano deste integralista as particularidades do nazifascismo encorpadas em seu projeto integral, que escondia o autoritarismo e o combate às massas no processo político brasileiro. Somente o “Estado Forte”, um encontro entre o Estado e a nação traria a democracia aos olhos de Barroso, como também para os demais integralistas.

## **Armas e letras: o escritor integralista, conservador, reacionário e racista**

A proposta política do escritor integralista Gustavo Barroso para o Brasil da década 1930 era um Brasil de Estado forte. De modo específico, os desmandos da política de Vargas amalgamaram diversas tendências, que iam de uma direita que enrijecia ainda mais a autoridade do Estado a uma esquerda que pregava uma sociedade civil organizada sem a existência deste. Com uma das máximas contidas no *Manifesto de Outubro de 32* (SALGADO, 1932), de que “Deus dirige o destino dos Povos”, os integralistas tinham como principal inimigo a democracia liberal, que na ótica de Barroso era responsável pelo caos mundial, como também de todas as ideologias de esquerda. Conservador, católico, homem que reproduziu em um de seus livros as encíclicas, a moral cristã era o principal elemento na con-

figuração da nova sociedade brasileira, donde sua afirmativa de que a família era a célula mais importante da sociedade. Outro elemento fundamental na concepção política de Barroso era uma sociedade gerida por meio das corporações. A obra de Barroso, de forte apelo panfletário e moralista, traz o manual da nova sociedade brasileira, as diretrizes para a chegada de uma sociedade expurgada dos inúmeros males brasileiros, em sua ótica causados pela figura do judeu.

A Igreja, com seu corpo intelectual de padres, era um verdadeiro “exército intelectual” e tinha a responsabilidade de traçar e ordenar a sociedade, apontando a situação de cada estrato social na conjuntura social e política. A mensagem da Igreja, sua Moral e Ética, formam as bases políticas do pensamento de Barroso. A defesa dos valores familiares formados pela Igreja, a defesa da propriedade privada, do espírito, das corporações, são os elementos formadores da análise política de Barroso para o novo Brasil. São esses os elementos que facultam o surgimento do novo homem brasileiro em sua nova pátria. Formar o Estado brasileiro é eliminar os entraves de sua formação, que para Barroso se localiza na ação judaica.

A produção integralista de Barroso tem a figura do judeu como de fundamental importância. Como já mencionamos, o integralista se apoia no pensamento cristão para daí elaborar seu pensamento antisemita, que toma feição extremamente racista. Ademais, a produção de Barroso tem por alicerce a ideia de complô (existia um plano de dominação mundial traçado pelo judeu), uma demonização que data dos tempos de Maquiavel e que foi recuperada pela política conservadora de Nicolau II, na Rússia, que combatia a modernidade (POLIAKOV, 1985). As obras de Barroso esboçam um projeto de Brasil, tornando necessária a busca pelas raízes brasileiras, onde o caráter ideológico e nacionalista, atenuando a realidade das coisas, encobria a situação do “povo” brasileiro. Em alguns de seus livros, Barroso encadeia homem com a força espiritual de Deus, aludindo a um chefe não só político como divino (ARAÚJO, 1988). Assim, se Mussolini era o chefe maior do autoritarismo dos integralistas (Barroso e os demais integralistas “cultuavam” a figura de Plínio Salgado), algumas vezes o escritor afirmava que o integralismo era um movimento religioso, sendo nada mais que o desenrolar da força espiritual da história, era a teleologia a serviço do projeto político brasileiro. Dessa forma, diversas vezes Barroso remetia ao Nosso Senhor Jesus Cristo (NSJC), blindando seu pensamento contra qualquer crítica, uma vez ser mera ação espiritual, com o objetivo de convencer a “mocidade brasileira” a lutar contra o mal, no caso, a figura do judeu. Só a mensagem divina, revestida no discurso integralista, salvaria o Brasil da decadência ainda maior provocada pela presença deste povo. Raça de criminosos e bandidos, inclinado a tudo que é ruim, o judeu era o maior inimigo do Brasil e do mundo!

Estava estabelecida a cruzada que desde o declínio de Roma se via com uma “filosofia dissolvente” que contaminou o ocidente, assim como o arabismo havia feito, afirmava Barroso. Aliás, desde a crucificação o judeu mostrava seu lado



traíçoeiro, fadado a “sair por aí” por não possuir pátria, errando (sujeito errante) aos mais distantes e variados lugares do mundo (CARNEIRO, 2014). Sem amor, sua preocupação primeira era ganhar dinheiro, se embrenhando nos mais variados segmentos econômicos, indo de proprietário da indústria cinematográfica até comerciante de armas, drogas e mulheres. Visto ora como povo ora como raça, o judeu era o verdadeiro anticristo, tramando dominar o mundo de forma ardilosa, então era necessário combater esse “agente do mal” (COSTA FILHO, 2019).

É o judeu o ator principal da obra de Barroso (CYTRYNOWICZ, 1992), o que faz com que alguns interessados por sua obra afirmem que o antissemitismo é o eixo principal de sua produção. Admirador de Mussolini e Hitler, Barroso atribuía ao judeu todos os problemas do Brasil da época, no que tecia sobre temas como liberalismo, socialismo, comunismo, e a todas as “criações judaicas”. Para Barroso, o judeu domina tudo, tem o mundo como tabuleiro, é o capitalismo internacional, uma força que se espalha pelo mundo, que sempre esteve presente neste:

Há séculos, os filhos de Israel desprezados e perseguidos trabalham para abrir um caminho para o poder. Tocam o fim. Sua influência é preponderante sobre a política e os costumes. Na hora que quiserem, marcada de antemão, desencadearão a revolução que arruinará todas as classes da cristandade e escravizar-lhe-á definitivamente os cristãos. Assim se cumprirá a promessa de Deus feita ao seu povo (BARROSO, 1935B, p. 124).

Uma vez que tudo é “criação judaica”<sup>2</sup>, a fala de Barroso ganha um tom de eliminação à figura do judeu (CRUZ, 2004). Bem ou mal escritos (encontramos visões divergentes quando à elaboração integralista de Barroso), os textos de Barroso são panfletos enormes, pouco convidativos à reflexão, como lembra Cytrynowicz (1992). Toda sua produção antissemita (que é sua produção integralista, no total de 12 livros), tem por objetivo principal perseguir o judeu, responsabilizando-o pelos problemas do Brasil e do mundo. Conforme Barroso, o judeu possui inclinação liberal que ganhou expressão mundial com os ares da Revolução Francesa, consolidando assim a destruição com os tempos modernos que se abriam. O mundo corporativo, hierárquico da Idade Média, um mundo com um “Estado Social Cristão”, era o ideal de sociedade para Barroso, daí é que quando rui a sociedade medieval, rui a harmonia do mundo, instalando-se a desordem, o *Império de Ram* (BARROSO, 1935A).

O materialismo fundamentava a “filosofia dissolvente” dos judeus, homens racionais, céticos ou ateus, que há séculos disseminavam seu veneno pelo mundo, expandindo cada vez mais seu raio de ação. A concepção de Barroso é a de um judeu malevolente, traíçoeiro, sem amor à sua pátria, figura que só se preocupa em

2 Utilizo o recurso de aspas para descrever expressões utilizadas por Gustavo Barroso, para dialogar e assim clarificar minhas ideias sobre questões a serem exploradas neste texto.

acumular, faz de tudo para enriquecer, custe o que custar, visando o “bezerro de ouro”. Somado a isso, escreve Barroso que o judeu é uma figura que toma o poder por meio dos pequenos golpes, não se mistura, cultua sua religião de forma escondida, daí sua “maldade”, corroborando com o imaginário medieval que tragicamente perdeu de vista a história e o sofrimento do povo judeu (ARENDT, 1989).

Para Barroso, toda a história sofre a ação secreta do judeu, levando-o a afirmar que a história se dá nos bastidores da história (BARROSO, 1937B). É corriqueiro nos livros de Barroso a alusão aos *Protocolos dos Sábios de Sião* (a primeira tradução da obra no Brasil foi realizada por Barroso em 1936), com o objetivo de tornar fora de dúvida seus apontamentos. Reportando a escritores antissemitas, em alguns casos, figuras de ascendência judaica, o integralista busca provar a malevolência do judeu, reforçando assim sua postura intelectual e política, tornando assim sua história inconteste e sua postura política a melhor para o Brasil dos anos 1930.

As forças ocultas emanam do nível mais profundo da história, são essas que fazem a história. Os livros de Barroso não são mais do que capítulos das *criações judaicas*, ou seja, são relatos ligados ao judeu que para Barroso destroem toda e qualquer sociedade cristã. Em *História Secreta do Brasil* (1937), descreve que antes mesmo da vinda de Cabral ao Brasil, determinados grupos financeiros de Londres mantinham relação com judeus, fosse no comércio das Índias ou participando da exploração de produtos brasileiros. Já na esquadra de Cabral, o “judeuzinho de Goa” (Fernando de Noronha) mostrava elementos da raça judia, como a sede pelo dinheiro e sua característica inassimilável que faria a revolução na terra dos outros. Seguiu Barroso afirmando que com força suficiente para dominar o mundo, desde remotas épocas o judeu era o anticristo, figura que destruía toda e qualquer civilização.

Antidemocrata, avesso à “anarquia do número”, o socialismo era, segundo Barroso, “criação judaica”. O socialismo levava naturalmente ao comunismo, onde o mundo presenciaria a besta, tempo anunciado pelo profeta Daniel. A pregação do rabínico Marx, de ascendência judaica, deixava fora de dúvida a força do capitalismo internacional (leia-se capitalismo judaico), que se estendia aos mais recônditos lugares do mundo, era a presença inconteste do argentarismo<sup>3</sup>. Dominando o campo político brasileiro, se “aquartelando” em São Paulo, a sinagoga chegava a interferir na política nacional, o Estado brasileiro era manipulado por judeus. Para combater um mal maior, onde o público fosse dominado pelo privado, só mesmo uma sociedade regida sob o Trono e o Altar, sob o “princípio de autoridade”, era capaz de deter as “forças do mal”, viabilizando o processo de

3 É a inclinação que tem o judeu a atividades de enriquecimento. Na verdade, poucos são os judeus ricos e, na própria Alemanha nazista, eram minoria no território alemão.

formação nacional brasileira. Uma sociedade sem classes sociais significava para Barroso uma sociedade marcada pela malevolência do judeu, que tinha traço desordeiro, anárquico, destruindo as bases sociais formadas pelos valores cristãos.

O “Estado Social Cristão” anunciado por Barroso é o estado integral, onde cada brasileiro se uniria não medindo esforços para deter a “anarquia do número”. A democracia viria por meio das corporações, alocando cada sujeito em sua categoria, trabalhando para o engrandecimento da nação, ao mesmo tempo em que este se fazia como cidadão. É aqui que se forja o autoritarismo de Barroso e de todo o pensamento clássico do Brasil, a identificação entre Estado e nação, esquematisando um complexo projeto político que impede a visibilidade das particularidades de cada sujeito histórico. Não existem diferenças, há um entrelaçamento profundo das partes que fazia Barroso aludir a uma “democracia orgânica”. Ora movimento político, ora movimento religioso, Barroso dizia que o integralismo era o maior movimento de todos os tempos após a abolição e a proclamação da república; rezava o *Manifesto de 32* que “Deus rege o destino dos Povos”.

Era sob o “princípio de autoridade”, onde a disciplina é ferramenta indispensável, que se forja a postura política de Barroso. No momento de indefinição política, de descrença das democracias liberais, do avanço do comunismo no mundo, a postura de Barroso reflete o medo de setores bem situados ante a incerteza do novo Brasil. Daí a necessidade de se criar o inimigo da nação e este é a figura do judeu, que para Barroso deve ser eliminado, pois é como carrapato, causando até coceira. A produção integralista de Barroso a todo instante reforça a maldade do “Judaísmo Internacional” carecendo da campanha integralista, “todo o cuidado no Brasil é pouco com os discursos melosos e os *planos patrióticos* aconselhados por técnicos estrangeiros, oferecidos por *economistas* marca Simonsen, Whitaker ou Numa, defendidos por judeus fantasiados de representantes da nação...” (BARROSO, 1937A, 104). Em Barroso, liberalismo, socialismo, comunismo e maçonaria não se separam, ainda que o comunismo represente para o escritor o verdadeiro anticristo, encabeçado por monstros, pessoas diabólicas derrubando tudo para o estabelecimento da filosofia ateuista.

Mesmo com posturas diferentes, existem pontos comuns no integralismo. O caráter antissemita deu forma ao integralismo de Barroso, conclamando a nação brasileira a lutar contra o anticristo, o “inimigo número 1” do país. Era preciso fazer de tudo para acabar com as “forças do mal” causadoras dos problemas brasileiros. A “mocidade brasileira” era convidada a fazer parte das fileiras verdes em busca da inauguração de um Brasil de “Estado forte”. Afirmava Barroso, seguramente se defendendo da pecha de pensador fascista (que pregava a violência e toda sorte de desmando), que o integralismo não era um regime autoritário, mas sim totalitário, onde as partes se encadeavam num todo; o integralismo era um

movimento de regeneração espiritual, Mussolini foi um grande político por ter revivido a força latente da Itália.

O novo Estado nacional Brasil seria forte como a Itália projetada por Mussolini, Hitler e Salazar, onde a nação estava acima de qualquer interesse particular. Neste arroubo ideológico político, estava em ação o projeto integralista de Gustavo Barroso. Lembremos que o autor de *Judaísmo, maçonaria e comunismo* (1937F), seguramente para supervalorizar o movimento da AIB, afirmava que os simpatizantes integralistas chegaram a um milhão de integrantes. Num país de tradição extremamente conservadora, se por um lado o integralismo proposto por Barroso alimentou o autoritarismo e o racismo de nossas elites, por outro nos permite recuperar esse fecundo momento histórico do Brasil.

Buscavam-se alternativas para um país marcado pela corrupção das elites regionais, que continuou com a mais recente Carta Constituição de 1891, com um discurso moderno à sombra das antigas classes senhoriais, que sempre deram as cartas da política brasileira (FAUSTO, 1970). Num país formado sem uma estrutura rígida socialmente, a elite senhorial nunca se afastou da política, sempre atualizou seus desmandos manipulando a imprensa, combatendo as manifestações do povo apenas possível devido a um discurso nacional, que sempre transformou um discurso que favorecia a um reduzido grupo de pessoas em interesse nacional (OLIVEIRA, 1990). Período de transição na história do país, recuperar o pensamento político de Gustavo Barroso é ir muito além de conceber a figura do judeu como mal, esta é apenas parte de um problema maior, que é o tortuoso caminho da brasilidade, dos discursos sobre os brasis, instrumentalizados por grupos conservadores, que teve o papel da Igreja como fundamental. O pensamento de Barroso é fortemente influenciado pela palavra cristã, maior rival do judaísmo, que fundamentou o imaginário sobre o judeu. Barroso destila ódio ao judeu, sujeito perverso, é o anticristo, satanás, sujeito de suor fétido, com cornos e rabos, assassino de Cristo, maquinador de crianças, responsável por fomes e pestes, verdadeiro ser com poderes diabólicos que precisa ser eliminado em nome da cristandade ocidental.

A “Questão Judaica”, emergente nas décadas de 1920 e 1930 (MAIO, 1999), é parte da política brasileira de nossas elites visando a manutenção de seus privilégios, que não se sustenta sem a existência de um inimigo. Em todos os momentos de crise política (econômica e social), logo aparecia o elemento que poderia mudar todo o cenário, no caso, a raça. Os problemas nacionais eram antes de mais nada problema de raça (CORRÊA, 1998), discurso maior de nossas elites utilizado justamente porque não condiz com a realidade das coisas. As questões

de identidade nacional deram o tom laudatório que homogeneizava os diferentes problemas num problema nacional. É nos momentos de indefinição política, logo associada à crise de identidade, que se busca o Brasil e os brasileiros, e o integralismo, discurso dirigido às classes médias, não surge de forma gratuita, é um movimento que surge da tensa conjuntura política em meio à democracia de molde liberal endereçada às classes médias, como lembra Chauí (1977).

Num período rico de nossa história, em que as tensões geraram diversas visões de Brasil a alternativa de um Estado forte, baseados no lema “Deus, Pátria e Família”, sob o “princípio de autoridade” ganhou ruas de alguns estados brasileiros, combatendo a democracia liberal, o capitalismo internacional e as correntes de esquerda. Com o *Manifesto de Outubro de 1932*, de autoria de Plínio Salgado, releitura que este faz do fascínio à política de Mussolini, estava pronto o caminho ao Brasil forte. Uma verdadeira assepsia tomava conta desse rico momento histórico que viu nascer as mais fecundas interpretações brasileiras. Todo esse cenário de inquietude política trouxe a influência dos governos autoritários para o Brasil, necessitando, como pregava Barroso, de um novo homem brasileiro. Antes de tudo, era uma “revolução interior” (revolução espiritual) que escravizava o Brasil sob as mãos do “judaísmo internacional”, como assegurava o integralista.

Com profundo apelo nacional e cristão, o chefe político falava em nome de uma entidade superior, inconteste, e assim, com caráter de verdade. Plínio Salgado era admirado por todos os integralistas, a mensagem do movimento integralista tornava ainda mais infalível seu discurso, pois dizia Barroso que se tratava de um movimento guiado por NSJC. Toda essa leitura de Brasil por parte do integralismo (considere-se as nuances em cada integrante) se deu num momento em que grupos políticos precisavam se ordenar para não perderem seus espaços economicamente. Mas, embora a mudança de setores médios tenha sido uma certeza, não se deve acentuar a participação política das classes médias, e termos em mente que a “nova” economia industrial jamais se dissociou da economia de nossa elite agrária.

Essa estrutura sociopolítica movediça ganhou ainda mais terreno quando a vinda de imigrantes tornou-se uma questão de Estado, somada às ideias de socialistas, comunistas e anarquistas. Dentre os imigrantes estava o judeu, que assumiria na obra de Barroso o ponto central. Sem tradição agrícola, o judeu passou a ser visto como o inimigo da nação, aquele que punha o processo de identidade nacional em xeque num momento em que o Brasil precisava se formar como nação (LESSER, 1995). Sem tradição agrícola, o judeu foi odiado por setores conservadores por investir suas atividades nos pequenos negócios. O judeu se torna “raça indesejável”, ser indigesto, usurpador, parasitário, com inclinações anárquicas,

colocando em risco a construção do Brasil (CARNEIRO, 1995). Essa imagem negativa do judeu se deve à maneira como as elites brasileiras artificialmente atribuíram as raças (dotadas de atributos) a existência dos problemas nacionais, sob o conceito de *caráter nacional*.<sup>4</sup> O fato de o judeu não ter experiência na lavoura foi o principal argumento para as elites brasileiras persegui-lo. Como os problemas nacionais para as elites brasileiras eram vistos a partir das tendências da raça, argumento surgido com o racismo científico datado de 1870, deu-se no Brasil a *transfiguração do real* (LUIZETTO, 1975).

Já é questão muito analisada por historiadores e pesquisadores das áreas das ciências humanas o circuito das ideias alienígenas assimiladas pela elite intelectual e econômica no Brasil, especificamente nos anos 1870, que legitimou falas de políticos e escritores sobre a hierarquia das raças, e uma vez sendo o Brasil um país constituído por mestiços (biologicamente inferior ao branco), éramos um país “atrasado”. Há uma farta bibliografia sobre a assimilação das ideias científicas (positivismo, evolucionismo e determinismo) por nossas elites, apontando a manipulação das ideias em defesa da manutenção dos interesses da elite política e intelectual. No campo político, o *darwinismo social* deu lastro para que o negro fosse escravizado, adiando a cada dia a sua libertação. Não bastassem as interpretações do cientificismo europeu (CHACON, 1977), a ideia de evolução entremeada ao positivismo de Comte foi o principal argumento para a instalação do regime republicano. Nos estabelecimentos científicos (museus e institutos geográficos), como nas faculdades de Direito e de Medicina, estava em formação o projeto de um novo Brasil (SCHWARCZ, 1993; ALONSO, 2002).

4 O conceito de raça, ao mesmo tempo em que é utilizado para dar legitimidade científica à hierarquia racial, criando raças superiores (o branco) e inferiores (mestiços, índios e negros), serviu para fabricar a ideia de nação, do ponto de vista racial, homogênea. Foi a tão sonhada corrida em busca do *caráter nacional* brasileiro que instigou escritores como Sílvio, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e tantos outros homens da época, cada qual com sua singularidade – de forma nuançada em cada um, todavia (LEITE, 1983). No plano genético, nunca houve consistência científica à ideia de uma raça única, ainda que se saiba numa dada população da existência de traços em comum (CAVALLI-SFORZA, 2003). Nessa perspectiva, o que sustenta o sentido de raça são os genes. De forma sumária, a identificação pelos genes mostrou-se inviável, dado não ser possível partirem as diversas raças de uma raça única, tanto devido às migrações desde a chamada “Pré-História” como em função das prováveis mutações surgidas numa dada população. Mesmo que raça não ultrapasse a condição de uma ideia vaga, existiram tentativas classificatórias que perduraram até o final do século XIX e mesmo depois, como se observa no racismo do século XIX – Nazismo, Apartheids, e nos racismos dos séculos XX e XXI. Darwin havia chamado atenção para a questão de que a continuidade geográfica impedia qualquer possibilidade de classificação das raças. É somente na modernidade, como desdobramento do conjunto de transformações ocorridas em decorrência da Revolução Industrial, sob a égide maior do liberalismo, que veremos o advento das teorias raciais, das diferenças entre o *gênero humano*. Em 1864, o francês François Bernier utilizava o conceito de raça para diferenciar as classes sociais (no caso, a nobreza, fosse esta de possível origem franca ou germânica), com relação à plebe. Surgida num momento de expansão industrial, onde se presenciava a ideologia maior do liberalismo, tanto no plano político como econômico, enfrentando os antigos resquícios feudais, no contexto da Revolução Francesa, a questão racial veio à tona para dividir grupos e assim atribuir o estatuto de superioridade e inferioridade ao gênero humano (MUNANGA, 2004).

É nesse contexto que surge o preconceito contra a raça amarela (o medo da mongolização), tempos depois, o preconceito recairia sobre o judeu, considerada raça indesejável que entravava o processo de formação do novo Brasil. Lembremos a constituição de 1934 que, conforme Milgram, “estabeleceu pela primeira vez normas e leis para regular a entrada de estrangeiros”, somado a admiração de Barroso pela política do III Reich. A não pairar dúvidas sobre o antissemitismo racista de Barroso, sua caça ao judeu incidia sobre o judeu conspirador, símbolo do mal, responsável pelo comunismo em várias partes do mundo, pela decadência e destruição das sociedades (MILGRAM, 1994).

Conforme Carneiro, “o discurso antissemita veiculado no Brasil entre 1930 e 1945 reunia atributos, que no seu conjunto, transformavam o judeu em um ser parasita, indigesto” (CARNEIRO, 1995). Luizetto mostrou muito bem os “desencontros” acerca do discurso sobre os japoneses, que por um lado eram inclinados ao pauperismo, por outros eram considerados pessoas de superioridade mental e moral, ficando claro que “estas teorias foram justificativas convenientemente utilizadas, ocultando debaixo de suas hipóteses ou teorias, interesses ou conveniências de outra natureza, e não a razão principal da oposição à imigração” (LUIZETTO, 1982, p. 49).

O preconceito e o triste imaginário de Barroso sobre a figura do judeu deveram-se à não adaptação deste ao trabalho agrícola, realizando os anseios da elite tradicional empreendedora da Revolução de 1930. A Revolução de 1930 foi uma “revolução” que manteve de pé novos setores médios embrenhados noutras atividades que não a economia rural, mas que jamais foram independentes das elites tradicionais (FAUSTO, 1970). Num contexto agitado politicamente em que o marxismo se mostrou uma possibilidade real, é compreensível o antissemitismo e não poderia ser diferente a concepção de um autor que concebia o judeu como grupo de bandidos e criminosos, raça deicida, fermentos, borras ou parasitas sociais que infestam o organismo social. Afirmava Barroso que o judeu era autor de atentados, participava de redes de espionagem, se envolvia no comércio de drogas, no de armamentos e no tráfico de mulheres.

Com discurso semelhante aos antissemitas “modernos” ou “tradicionais” (ARENDT, 1989), Barroso generaliza a figura do judeu, de imaginário nada positivo, construída ao longo da Idade Média pela Igreja. É verdade que o racismo contra o judeu é parte de uma complexa discussão na França e na Alemanha em seus processos de formações modernas, que de uma forma ou de outra, reverberou nas Américas (o uso do argumento racista no Brasil já está presente desde as primeiras “leituras de Brasil”), enviesando o Brasil almejado pelos integralistas. Nessa ótica, Gustavo Barroso compactua de um imaginário que concebe o judeu “anárquico”, que só se preocupa em ganhar dinheiro, passando “por cima



de tudo”. Hostil às correntes de esquerda, seguramente Barroso tinha em mente judeus do leste europeu que participaram das aspirações comunistas.

É incontestável que nas décadas de 1920 e 1930 mais uma vez o apelo racial se fez presente como estratégia política para a formação do Estado nacional brasileiro. Uma vez que o discurso nacional suplanta as particularidades, forjando que os interesses são nacionais, graves e inadiáveis, o apelo racial sempre caiu como uma luva para as elites políticas e econômicas brasileiras, nublando as reais condições de um país marcado com práticas bastante conhecidas, que ia das fraudes políticas até a perseguição e morte do opositor.

Diga-se de passagem, o *racismo científico* da geração de Sílvio Romero e Euclides da Cunha prosseguiu sob a política higienista no começo do século XX, tão intolerante quanto o pensamento de homens que pensavam que a superioridade era dada por natureza (COMAS, 1970). A prática política do Estado brasileiro da época de Barroso foi tão intolerante quanto o pensamento de homens como Sílvio, que até estipulava um período para a sociedade brasileira se embranquecer (Romero datava em quatro séculos para o Brasil se tornar branco), exigindo do leitor a compreensão de que, como afirma Antônio Candido, as Teorias raciais eram leituras da época, afirmando que Sílvio Romero foi um homem de sua época. Barroso não procede como alguns escritores deterministas que delineiam a importância da raça, mas em momentos pontuais de sua obra recorre a Gobineau e Lapouge. O integralista era um extremo conhecedor da literatura antisemita, conheceu Mussolini e teve contato com figuras proeminentes do III Reich (CARNEIRO, 1990).

Intérprete da cultura brasileira, Barroso elaborou seu “projeto de Brasil” contemplando as três raças num país que sempre omitiu a guerra de raças, desde os tempos de Camarão. Não havia cenário mais adequado para a voz da direita quando do clima tenso e indefinido que viu Vargas chegar ao poder. É sob o emaranhado dessa indefinição que soa a concepção de Barroso, escolhendo um culpado pela situação do Brasil, temendo comunistas e vozes dissonantes que representavam o novo. O judeu é o novo, é a força contrária ao proprietário de terra que vive da economia agrária, neste resiste o trabalho forçado no campo escolhendo a cidade para empreender seu negócio.

A década de 1930 foi a época das grandes sínteses históricas bem ao modo da instabilidade política que deu margem à crença num Estado forte, que se confundia com a cidadania ordeira do homem. No tenso momento em que as forças da direita se enrijecem, cabe-nos entender a postura antisemita deste pensador nacionalista, católico, amante das forças armadas, e acima de tudo, divulgador de um Estado forte. Para Barroso, o mal maior era a ideologia de Marx, por impedir a

configuração de uma sociedade “boa”, hierárquica, solidária, viabilizada por meio das corporações. Muitas são as questões apontadas por um dos chefes integralistas para o novo Brasil, mas lembremos seu combate à figura do judeu, ligado ao capitalismo internacional (leia-se capitalismo judaico), por sua vez o “outro lado da moeda”, parte do pensamento liberal burguês.

Tão importante quanto entender o antisemitismo de Barroso surgido no seio da AIB, formada em 1932, e de discussões acerca do “mimetismo de ideias” e de outros “objetos” sobre o movimento criado por Plínio Salgado, é perscrutar a fala desse importante intelectual, presidente da ABL e idealizador do Museu Nacional e de tantas outras instituições, possuidor de vários cargos ao longo da vida, representante dos anseios de setores conservadores brasileiros, desvelando naturalmente a ideologia do pensador de direita que foi (MENEZES, 2006).

Antes de Barroso empreender a verdadeira batalha integralista em nome da civilização cristã, não é gratuito que as mesmas elites que combateram as raças biologicamente inferiores atribuindo a estas características de barbárie décadas depois confeccionem um discurso de um judeu perverso, afinal de contas, “os autoritários nacionalistas do novo regime sentiam-se atraídos por determinadas formas racistas de regeneração nacional que eram bastante populares na Europa da época, possuindo assim motivações de ordem ideológica para limitar a entrada de estrangeiros” (LESSER, 1995, p. 98).

O caso do judeu é emblemático por este se tornar um “problema” aos olhos do Estado apenas na década de 1920 (MAIO, 1999), o que não significa dizer que o imaginário sobre os povos semitas não tivesse despertado reflexões de eruditos como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Gilberto Freire, Câmara Cascudo, dentre outros, de maneira preconceituosa. Estamos na esfera política da história onde o intelectual está preso a uma esfera de poder (CERTEAU, 1982; MICELI, 1979), representando os interesses desse ou daquele grupo.

Grosso modo, a ciência (Teorias raciais), utilizada para legitimação do campo político, foi instrumento para um “projeto de Brasil” (MOTA, 2000). A ciência, ferramenta de fundamental importância na consolidação da nação brasileira, foi o que Maria Odila chamou de “interiorização da metrópole” (DIAS, 2005), quando se buscou conhecer o Brasil, sendo indispensável a fundação de instituições científicas. Foi a partir do interesse nas riquezas naturais brasileiras, com um saber eminentemente prático, que o Brasil se formou como nação, processo interminável que a cada crise política e econômica traz o discurso do atraso e dos elementos que impedem a formação da nação.

Não foi apenas na década de 1930 que vemos políticas apelando abertamente para os ditames científicos. Veja, por exemplo, o surgimento da eugenia (1929), e

poucos anos depois, a materialização de uma política de corpos (mentes sadias), na construção do novo homem brasileiro na política do Estado Novo de Vargas (LENHARO, 1986; BERCITO, 1991). Diga-se de passagem, a instrumentalidade do conhecimento científico esteve presente desde o século XVIII, em expedições científicas com a mania de classificação (ROUANET, 1991), em busca do conhecimento do Brasil. Era desbravando o desconhecido, descobrindo suas riquezas e a potencialidade de seu povo que se fabricou a ideia de nação.

Barroso é um significativo intérprete da cultura brasileira, por propor um modelo de nação baseada no corporativismo. Num momento de formação das grandes sínteses históricas (Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado e Gilberto Freire), Barroso questionou problemas já levantados por esses autores preocupados com a cultura brasileira não mais sob a rigidez das formulações racistas até então presentes, chamando atenção para a malevolência da “raça judaica”. Dentre tantas características perniciosas do judeu, o comunismo aparecia como uma verdadeira “filosofia do mal”, por uma série de fatores. Este era um dos motivos para que o escritor simpatizante do fascismo se identificasse com os regimes de direita, sendo um impiedoso crítico das democracias, mais uma dentre as tantas “criações judaicas”.

## **Aversão ao número: por um estado hierárquico**

Gustavo Barroso foi por excelência um antidemocrata. Convicto nos inúmeros males provocados pelo judaísmo, em que apenas a “renovação espiritual” evitaria o caos ocasionado pelo judeu, o integralista seguia as diretrizes de um “Estado Social Cristão”. Crente com uma sociedade organizada a partir da “Cidade de Deus” (não bastava o absolutismo divino dos reis), a Igreja daria as cartas do regime político pensado por Barroso.

Barroso desenvolvia uma longa discussão sobre a teoria que tornava legítima a participação da Igreja na esfera pública, formada por intelectuais, um verdadeiro exército intelectual autorizado e com credibilidade de combater as aspirações políticas da “massa de ignorantes” na formação do regime político. Padres e militares seriam os elementos fundamentais na formação do Estado defendido pelo camisa verde (o “Estado integral”), esteado sob a moral católica, sob o “princípio de autoridade”, resguardado no trono e no altar. Este era o “Estado forte” almejado por Barroso, longe de toda e qualquer participação do povo, pois o poder viria de “cima para baixo”. Barroso elogiava o pensamento de Alberto Torres quando afirmava que:

A igualdade perante a lei tem hoje um sentido que deve atingir a vida em toda a sua plenitude” e isso se realiza “assegurando a todos os indivíduos o uso dos meios próprios de realizar a vocação”. O princípio é este: para capacidades iguais, possibilidades iguais. Princípio que se resolve, no campo da Educação, pelo dever que tem o Estado de garantir, mediante a seleção e a gratuidade do ensino, o livre desenvolvimento das capacidades individuais, e no campo econômico, pela criação do Sistema das Cooperativas Nacionais e dos Institutos Nacionais de Crédito Popular (BARROSO, 1935B, p. 106).

Avesso à “anarquia do número”, provocada pelo liberalismo, na sua ótica gerador do individualismo, do socialismo, do comunismo e em menor grau, do anarquismo, Barroso enaltecia o regime de corporações, que não apresentava nenhum choque social.

A corporação é uma instituição pública positiva que agrupa os homens dependentes da mesma atividade numa solidariedade material e numa fraternidade espiritual capazes de garantir-lhe a liberdade e a dignidade. É o resultado lógico duma organização sindical e pressupõe o sindicato. Georges Sorel a alta moralidade das antigas corporações e Saint-Léon mostrou o gigantesco passo para a luta sem mercê das classes que foi o seu desaparecimento. A corporação acaba com essa luta, porque somente contém elementos homogêneos, tendentes a íntima solidariedade de interesses e pensamentos, enquanto a classe é essencialmente heterogênea. Naturalmente, as corporações serão organizadas de acordo com os progressos sociais, libertas da hereditariedade das funções e de outros arcaísmos” (BARROSO, 1934A, p. 57-58).

Alberto Torres servia muito bem a Barroso com seu modelo de Estado baseado em corporações, em que cada elemento se alocava num todo, tendo sua razão de ser na organicidade, responsável pelo equilíbrio e harmonia social. Esse projeto político é autoritário porque omite as particularidades (por exemplo, o marxismo), viabilizando o “Estado Social Cristão” sonhado por Barroso. Cabia aos homens “seguir a vontade divina” a partir de dois elementos, que eram padres e militares. Assim como o militar protege o território de invasões, o clero, representante de Deus, fornece as diretrizes políticas. Afirmava Barroso que esta elite intelectual era a responsável por organizar teoricamente o Estado, e emudecer tais setores seria o mesmo que criar um Estado leigo, que interessava ao *kahal judaico*. Assim como o soldado resguarda o Estado contra possíveis ataques, a Igreja daria sua contribuição do ponto de vista espiritual na formação de uma civilização cristã no combate à ameaça judaica, “À Igreja assistem, incontestáveis, o dever e o direito

de ser a guarda vigilante, a sentinela infatigável dos princípios básicos da civilização cristã, hoje ameaçada pela civilização judaica e pagã do ouro. Ela não pode, portanto, falhar a essa missão em domínio algum” (BARROSO, 1937C, p. 10).

Não há espaço para contestação no Estado pensado por Barroso, se trata de um modelo de nação regida por mãos divinas. O filosofismo dos iluministas levou inevitavelmente a sociedade ao marxismo, que não resolveu os gravíssimos problemas de uma sociedade marcada pelo individualismo, pelo pragmatismo e racionalismo, mais preocupada com a *quantidade* do que com *qualidade*, agravando a Questão Social, causada pelos horrores da mecanização, após o primeiro conflito mundial. Por isso, os aplausos de Barroso aos papas, autores de encíclicas com sua mensagem moral pregada pelo evangelho, centralizado nos valores familiares, como o sentimento, a alteridade, o humanismo cristão etc. Em *Integralismo e Catolicismo* (1937C), Barroso transpõe a encíclica de Pio XI, *A Rerum Novarum*.

Uma vez que a Igreja era a representante de Deus na terra, daí seu poder e força política, era legítimo o interesse do clero pelas letras, pela ciência, pela educação, pelas questões sociais, econômicas e políticas. Combater tal raciocínio era levar ao *naturalismo*, reprovado pela Igreja, que para L. Cotê significava *amoralismo político*, por isso, a presença de um *liberalismo doutrinário, absoluto e essencial* e de um *liberalismo claro escuro*. O primeiro liberalismo nega a influência da Igreja na esfera pública, acabando por criar um Estado leigo, indo de encontro a uma sociedade cristã; já o segundo, permite toda ou alguma autoridade na esfera pública; e o *outro liberalismo*, mais radical, combatia qualquer participação da Igreja, como é o caso do comunismo.

Todos os liberalismos apontados por Barroso impediam a participação da Igreja na esfera pública, e assim, de toda sua campanha em defesa de um Estado católico. Opor-se à participação da Igreja na esfera pública servia ao projeto socialista, que tinha como caminho natural o comunismo, formador de um Estado leigo, algo que apenas interessava aos judeus. Tendo por princípio a matéria, a moral e a política pública se transformavam em práticas corruptas nas mãos de judeus, sacramentando todos os vícios de um Estado leigo que servia ao liberalismo. Por isso,

A intervenção da Igreja, condenando uma política, tem como fim, não só manter a intangibilidade dos preceitos da moral cristã, fundamento duma civilização, como também proteger o indivíduo contra as injustiças e os erros que necessariamente decorrem da imoralidade ou amoralidade administrativa, política ou social. O que a Igreja, representante de Jesus Cristo sobre a Terra, não pode é ficar neutra diante do erro ou lavar as mãos como Pilatos... (BARROSO, 1937C, p. 11).

Era incontestável a participação da Igreja na política pública, por sua mensagem reformista de acolhimento aos trabalhadores escravizados pelo capitalismo internacional. O homem vivia momentos de miséria, precisando de dignidade, sendo necessária a ajuda mútua, por meio do espírito onde o coletivo estivesse acima dos particularismos, fazendo o mundo menos individualista. As encíclicas e os papas eram citados como prova de que a sociedade ideal era aquela que tinha a Igreja como mediadora entre o Estado e a sociedade civil. As críticas a escritores (racionais, alguns filósofos, que colocavam toda essa lógica de pensamento abaixo) se dava porque estes combatiam a ordem natural das coisas, de setores sociais já ordenados pela “Cidade de Deus”. As ideias desses escritores são concebidas por Barroso como dissolventes, céticas, amorais, são filosofias ligadas às forças secretas. Seguindo os passos da moralidade católica, onde o escritor cearense citava a fala de papas em suas respectivas encíclicas, era imprescindível combater o poder carbonário do judaísmo, portador de todas as imoralidades. Em defesa da participação da Igreja na esfera pública que o liberalismo acabava por suplantar, haja vista desprezar determinados valores morais oriundos de um rígido esquema que tinha Jesus como arquiteto, Barroso apelava para as mais proeminentes figuras do clero:

Além do Sumo Pontífice Gregório XVI, que tão bom combate deu ao carbonarismo e a maçonaria, outros Papas, notadamente Leão XIII, Pio X e Pio XI, declararam com a autoridade que lhes foi conferida por Jesus Cristo que a Moral e a Política devem caminhar paralelas e sobre a última a Igreja se deve manifestar, desde que, pela amoralidade, esteja em jogo a consciência católica da Nação. Assim, não se compreende que alguns sacerdotes sirvam a governos e partidos notoriamente imorais, nem que os fiéis se alieiem de pleitos, dizendo-se indiferentes aos partidos, quando as esquerdas se congregam e ameaçam com a vitória. O que se está passando na Espanha e na França é uma grave lição (BARROSO, 1937C, p. 12).

O liberalismo era o causador da imoralidade, produto do *materialismo judaico*, gerador de um governo anárquico, no caso, a “anarquia do número”. Barroso combatia tenazmente os regimes de esquerda por serem estes perpetrados por judeus, daí a recorrência a nomes e mais nomes de figuras comunistas. É o que Cohn (1969) salientou em relação a Hitler, o objetivo ou a força da crítica era o ódio ao judeu por ele mesmo. Por um Estafo forte, negador das liberdades individuais, toda nossa tradição católica (aquela que deveria ser seguida) era formada pela filosofia e arte grega, pelo direito e pela religião cristã. Aquele que negasse

essas bases só podia almejar a completa destruição da civilização, que era o caso do comunismo, um dos alvos mais importantes de Gustavo Barroso.

O Estado forte e integral, que representava *Soma*, viabilizaria o crescimento da sociedade e do Estado brasileiro, como está na contramão do comunismo porque este tirava proveito da luta de classes, aumentando na proporção direta da exploração do homem pelo homem, alegava Barroso. Imoralidade, interesses partidários, escravização do homem, práticas corruptas, ceticismo e ateísmo, mercantilização de tudo, todo este estado de coisas somente fora possível devido à filosofia liberal, caduca e burguesa do materialismo judaico, de visão unilateral. O passado brasileiro e a conjuntura do momento não eram nada favoráveis, razão para o surgimento de um amplo movimento regenerador que buscou as raízes nacionais para a formação de um novo Brasil. Eis uma síntese da leitura de Barroso:

Para a realização de tão grande obra política, econômica e social, o Integralismo tem de combater sem tréguas e sem piedade toda a repelente imoralidade do atual regime de fraudes, enganos corrupção e promessas vãs, bem como todo o materialismo dissolvente da barbárie comunista que alguns loucos apontam como salvação para o nosso país. O atual regime pseudo liberal e pseudo democrático é um espelho da decadência a que chegou o liberalismo, que procurou dividir a Nação com regionalismos e separatismos estreitos, implantando ódios entre irmãos, atirado as trincheiras da guerra civil; com partidos políticos transitórios que sobrepõem as ambições pessoais aos mais altos interesses da Pátria e pescam votos, favorecendo os eleitores com um imediatismo inconsciente, em que tudo concedem ou vendem, contanto que atinjam as posições (BARROSO, 1935B, p. 14).

A crítica ao marxismo se dava porque esta filosofia burguesa era uma verdadeira “ideologia do mal”, por ser perpetrada por judeus, acusados de participação em movimentos terroristas, atentados e saques. Responsáveis por concussões, roubos de documentos, raptos e envenenamentos covardes, Barroso, em *Judaísmo, maçonaria e comunismo* (1937C), arrolava nomes de verdadeiros criminosos simpatizantes do comunismo. Na Alemanha, uma grande rede de espionagem era formada por judeus, manchando a ideologia de Marx. Em 1935, aconteceu o atentado à famosa Catedral de Sofia, somava-se a este acontecimento a inundação de dinheiro em Chicago e o rapto e assassinato do general russo branco Kutiepof. Como se não bastasse, Barroso anotava o caso das Astúrias, onde casas de judeus foram invadidas e nessas foram encontrados dinamites e material de propaganda revolucionária em hebraico. Planejando instaurar o bolchevismo na Espanha, concluía Barroso:



Eis aí o formidável estado maior do terror! Nas garras destes tigres judaicos e de sangue, cheios de ódios satânicos, sedentos de pilhagem e de sangue, os políticos corruptos e sem entradas entregaram a infeliz Espanha. Miseráveis, verdadeiros judeus artificiais, maçons infames, que se tornaram instrumentos da Internacional Anti-Cristã contra uma terra tradicionalmente católica! (BARROSO, 1937F, p. 37-38).

Este cenário do mal levava Barroso a afirmar que o “inimigo número um da humanidade é o judaísmo internacional”. Como sabemos, após a Revolução Russa, as elites brasileiras alardearam o terror da onda vermelha, o perigo vermelho, encarnação do diabo, cuja responsabilidade recaía sobre o judeu, identificado por meio do capitalismo internacional, do liberalismo e do comunismo (MOTTA, 2002).

Tratava-se da “guerra da Rússia judaica contra o mundo cristão, guerra de Moscovo contra Roma”, como escrevia Barroso. Criando uma verdadeira batalha contra as “forças do mal”, setores da direita, na qual Barroso se afinava, o marxismo foi concebido e temido por setores reacionários da elite brasileira, se transformando no grande argumento para os problemas brasileiros da época. Mas a esperança de novos tempos por parte de um Estado que reconhecesse os direitos da sociedade em geral confundia-se a todo o momento com os problemas do país. No fundo, setores da elite sentiam-se ameaçados com a futura nação brasileira, daí a criação do comunismo como inimigo número 1. A violência do Estado, suprimindo antigos privilégios de setores bem estabelecidos, fez um homem como Chateaubriand declarar que o país poderia ser invadido, uma ampla literatura comunista estabeleceu-se no país.

O caráter combativo, de intervenção política com objetivos propagandísticos foi uma constante na trajetória da literatura anti-comunista brasileira. Mesmo quando os livros falavam de outros países, seja a URSS, a China ou os países da “cortina de ferro”, havia sempre a intenção explícita de intervir no debate político brasileiro. Ao longo de várias décadas tais obras foram produzidas e dedicadas a mostrar aos brasileiros os “equivocos e perigos” do comunismo, na esperança de atrapalhar os esforços do proselitismo do Partido Comunista. Algumas vezes, os autores dedicavam-se à sociedade como um todo e, em outras ocasiões, a grupos específicos como estudantes, fiéis católicos, militares e operários (MOTTA, 2002, p. 11).

Foi nessa conjuntura de incertezas, de descrenças pelas democracias liberais por um lado e pelo avanço do socialismo pelo mundo, num Brasil onde Vargas não conseguiu sanar problemas seculares, que a voz de Barroso se levantou. Gus-

tavo Barroso é um autor extremamente antidemocrata, tem ojeriza à soberania nacional, à “anarquia do número”, pensa um Estado totalitário onde a hierarquia é fundamental, diante de uma filosofia (a espiritualidade) que naturaliza os embates e a realidade das coisas. Assim, no mundo hierárquico proposto pelo camisa verde, Barroso considera a família a célula social mais importante, juntamente com as corporações, substitutas dos partidos liberais, mais uma grande mentira liberal, que demonstrava a corrupção de um país dividido e dominado por interesses de pequenos grupos políticos.

Não vamos adentrar em uma discussão historiográfica sobre o integralista, haja vista existir uma infindável produção sobre o tema, chamando atenção para problemas como o integralismo ter tido uma maior aceitação em localidades fundadas por italianos e alemães, como determinados municípios do sul do país (GERTZ, 1991). Na conjuntura social, política e econômica que se apresentava a Barroso, sua simpatia ao nazifascismo deve ser entendida como produto de um período de efervescente nacionalismo (CARNEIRO, 1995), e seu antissemitismo deve ser analisado como uma alternativa política compreensível do tenso período histórico e político do país (SILVA, 2007).

No complexo panorama da década de 1930, o maior perigo voltava-se contra as “forças do mal” (COSTA FILHO, 2019). A exacerbação da ameaça comunista (o Plano Cohen deixa fora de dúvida o artifício de figuras ligadas ao governo Vargas), reforçou o discurso e postura política de Barroso sobre o judeu. Esse epicentro inquietou Barroso e os líderes Plínio Salgado e Miguel Reale. Se é fora de dúvida o antissemitismo declarado de Barroso, apesar deste ser um tema que menos aparecia nas discussões da AIB, conforme aponta o estudo de Trindade (1979), deve-se compreender os porquês de uma verdadeira filosofia do ódio sobre um ser incapaz de criar qualquer forma de organização social, tamanha era sua malevolência, como advogava Barroso. A admiração aos regimes de Hitler e Mussolini se dá apenas porque estes são antes de tudo “movimentos espirituais”, que embora sejam motivados por diversas questões têm por objetivo perseguir a figura do judeu.

Barroso seguia diferenciando regimes “totalitários” e não “autoritários”, onde os primeiros trariam um mundo harmônico, onde não presenciáramos a exploração do homem pelo homem, onde os recursos naturais do Brasil, como a água e a luz, não fossem propriedade de um pequeno grupo de pessoas, onde não existisse o ganho abusivo de poucos em detrimento da miséria de milhares de pessoas, pois todos lutariam para o interesse maior da nação, “não há remédio, no Estado Liberal Democrático, para curar as chagas produzidas por esses vampiros dos povos, nem para afugentá-los ou acabá-los. Daí o seu combate ao fascismo, aos

regimes em que não poderão mais, pela força das coisas, exercer sua pirataria” (BARROSO, 1936, p. 105).

Nazismo e Fascismo significavam para Barroso regimes de *renovação espiritual* que deteriam as forças destruidoras do *materialismo judaico*, segundo ele, produto ou filho do pensamento liberal, causador do “individualismo dissolvente”, da escravização do homem pelo homem. Tudo se devia ao judeu! Num tenso momento da política brasileira, com práticas que só interessavam aos chefes locais, Barroso, ao menos em tese, fazia a diferença entre “Totalitarismo” e “Totalidade”, abrandando posturas que seriam facilmente concebidas como a mera imitação do regime de Mussolini no Brasil.

Apesar de enaltecer tanto o nazismo quanto o fascismo, diversas vezes o camisa verde tratou de ressaltar que o integralismo não era o fascismo, tinha apenas “pontos de contato”, “Nazismo, Fascismo e Integralismo são cidades diferentes, diversas repúblicas. Todos querem, organizando os respectivos nacionalismos, ‘vencer a anarquia’, como diz o sr. Armando, mas cada um tem sua doutrina própria e obedece a realidades diferentes, que só os ignorantes ou os de má fé negam ou escondem” (BARROSO, 1937A, p. 168). Seguramente se colocava dessa forma para nublur sua postura claramente racista, por meio de sua fala nacionalista, argumento bem lembrado por Carlos Gustavo Nóbrega de Jesus (2006). A devoção de Barroso era tamanha ao regime de Mussolini que é digno de análise o esquema militar dos camisas verdes pensado pelo chefe de milícias, o farto ritual e a educação do sujeito iniciante na organização da AIB, esboçado em um de seus livros.

Barroso escreve com um toque de mágica argumentações que em tese não são racistas, mas as palavras proferidas ao judeu nos convidam a um olhar mais atento. Da malevolência provocada pelo judeu surge o antídoto contra a infecção ao corpo social de um ser virulento que exige carrapaticida, essa era a forma como o escritor escrevia quando da agitação comunista no Rio de Janeiro em 1935. O Nazismo e o Fascismo eram sempre tomados pelo integralista primeiramente por serem “Estados fortes”, assegurando que seu antisemitismo não tinha ligação racial, era moral ou religioso. Citou certa vez a fala de Salgado quando este dizia que o problema do Brasil “é ético e não étnico”, mas quando tratou do racismo alemão, logo contextualizou este se embrenhando numa visão fortemente maniqueísta que tinha o judeu como mal, exigindo assim sua eliminação.

Com problemas clássicos acumulados desde a formação do Brasil enquanto nação, recuperados nos momentos tensos de sua história (A República Velha foi um rico período para experiências políticas nunca vistas) (DE DECCA, 2004), deve-se entender o apelo de Barroso a figuras cujo imaginário era ganhar direito, à moralidade da política brasileira, a regeneração dos costumes familiares construídos no Estado católico, a uma verdadeira assepsia da política nacional. Uma

verdadeira regeneração fazia-se necessária, a decadência do ensino e sua mercantilização eram alvos do escritor cearense. É compreensível que diante da malevolência do judeu, Barroso lidere a batalha integralista conquistando cada vez mais adeptos. Contra tudo e todos, a postura de Barroso explica a crença de jovens convictos na resolução ou na criação de um Brasil a partir dos estados fortes, que arrebatou intelectuais sem se aterem às divergências deste movimento que rendeu acaloradas análises, que como bem lembra Antonio Candido,

na minha geração o ingresso nas “hostes do sigma”, como diziam, não foi para muitos rapazes adesão consciente a uma modalidade de fascismo, mas fruto de uma inquietação honesta, embora quase sempre reacionária, nascida da revolta contra o império do coronelismo e bilontra, mascarado de “imortais princípios de 89”. O integralismo lhes uma “solução nacional”, e muitos deles largaram o movimento assim que o seu aspecto fascista se evidenciou ou se tornou insuportável (CANDIDO, 1978, p. 13).

Barroso pensou num regime democrático onde o trabalhador não fosse explorado pelas forças do capital. Em seus textos vemos o autor falar em democracia, mas uma “democracia orgânica”, uma “democracia social cristã”, donde a divisão natural dos homens, anteparo do autor para qualquer crítica liberal (o marxismo é para Barroso uma filosofia liberal), colocando em cheque seu mundo hierárquico, muito bem ordenado. Antes de encarar o antissemitismo de Barroso, é preciso compreender as razões para seu “projeto de Brasil”, não esquecendo, pois, de lembrar a fala de Carlos de Jesus Nobrega quando diz “que Gustavo Barroso utiliza um arsenal moralista e religioso para ocultar a sua proposta de branqueamento e predomínio da raça branca tantos em termos culturais como raciais” (JESUS, 2006, p. 117).

As obras integralistas de Barroso se configuram como um combate à malevolência de uma figura responsável pela situação de toda a história do Brasil. Já nos tempos de Judas, o falso liberalismo surgiu, razão para todo o empreendimento judaico, “todas as vilezas humanas, desde o beijo traidor dum apóstolo até a negação apavorada de outro, nasceu a Liberal-Democracia nessa experiência que o horror da responsabilidade fez, consultando o sufrágio universal”. A democracia é o ponto nevrálgico para Barroso, mas percebemos que o fato desta ser encabeçada pelo judeu merece todas as suas críticas. Grosso modo, o regime liberal democrata (aqui há uma associação direta conforme posicionamento do escritor) destrói o mundo harmônico das sociedades cristãs regidas pelo “princípio de autoridade” debaixo do Trono e do Altar. “Deus, Pátria e Família” são elementos centrais no discurso de Barroso.

Ora negando ser o integralismo um movimento político, e sim religioso, tendo como chefe uma ideia, ora falando de uma sociedade regida por um poder espiritual, Barroso delimita categoricamente a existência de uma sociedade regida pelo “princípio de autoridade”, esmiuçando assim a complexa relação social entre sociedade e Estado, sobretudo, entre a Igreja e política, onde aquela possui legitimidade natural de gerir politicamente a sociedade, promulgando normas morais, sociais e éticas. O anseio de Barroso é a identificação do Estado com a Nação (o que caracteriza substancialmente os regimes autoritários), no qual impede tensões particulares dentro de um todo social, por demais complexo. Somente o pensamento cristão seria capaz de fornecer as bases da política, diante de uma “massa de ignorantes”. Era legítimo a Igreja fornecer os elementos para a formação desse Estado.

Porque a missão da Igreja é cuidar das almas, sem deixar de ter em vista a complexidade dos meios para isso, tanto diretos como indiretos. Os primeiros são os que se relacionam com a preparação religiosa, com a ordem espiritual e sobrenatural; os segundos são os que, na ordem temporal, subordinam esta aos bens espirituais. Se toda autoridade vem de Deus, e se deve dar a Deus o que é de Deus e a Cesar o que é de Cesar, segundo a divina lição do Nosso senhor Jesus Cristo, em verdade Cesar tem deveres para com Deus, isto é, o Estado tem deveres morais e espirituais (BARROSO, 1937C, p. 10).

O pensamento do autor é formado a partir do mundo autoritário da Antiguidade Clássica, com modelos políticos que favoreceram o surgimento de uma “individualidade forte e invencível”, no qual norteou toda sua admiração pelos regimes autoritários. Apavorado pela soberania popular, somente possível devido à visão materialista do judaísmo internacional e ao liberalismo, Barroso se resguardava na visão de homens como Aristóteles e Platão, reabilitados por Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, para quem as normas na “cidade dos homens” não são mais que reflexos da “cidade de Deus”, “somente Deus pode dar um fundamento moral, duradouro, estável, a autoridade do Estado, a autoridade do chefe da família e ao direito de possuir. A sociedade tem de repousar sobre verdades eternas” (BARROSO, 1937C, p. 79).

Temeroso pela “anarquia do número”, a democracia liberal recebe todas as críticas, esta era apenas uma das manifestações da força judaica. O liberalismo seria responsável pelo capitalismo, onde a força material destruía tudo aquilo que encontrava pela frente, pondo em declínio toda uma ordem de coisas em função do individualismo liberal. “É o mundo do esplendor da energia individual no es-

magamento do fraco pelo forte, na exploração dos escravos operários pelo capitalista sem entranhas, no sentido pragmático da vida, no materialismo do gozo e do fausto da riqueza” (BARROSO, 1935C, p. 74). Barroso compactua com o mito de que todo judeu é rico. Atrelada a tal característica, surge a ideia clássica do judeu sem pátria, reforçando ainda mais a ideia de ambição e avareza, fazendo do judeu um ser parasitário que vive à custa do outro.

Ainda que o integralista não esboce uma “história” do capitalismo, este vem à tona quando se trata dos problemas mundiais, pois sua visão só faz sentido devido à força econômica do judeu presente ao longo da história mundial. Barroso reconhece o caráter parasitário do judeu desde épocas remotas, mas ressalta que é com a Revolução Francesa que o liberalismo surge em seu maior esplendor, inaugurando novos tempos completamente diferentes dos tempos medievais.

Influenciado por Plínio Salgado, no que tange ao aspecto de uma sociedade integral-espiritual, a imagem de Barroso é análoga à do escritor paulista, que é a escravização do mundo pela ação do judaísmo internacional:

[...] a maneira como as forças ocultas do capitalismo internacional atuam se apoderarem das nações é mais ou menos a mesma por toda a parte: desorganizar a economia para desorganizar a política e a vida social; açambarcar as propriedades na desvalorização subsequente; pauperizar os ricos, proletarizar os remediados, reduzir a última miséria os trabalhadores. E dominar o país arruinado, escravizado como Nicarágua, anarquizando como Cuba, bolchevizando com a Rússia (BARROSO, 1936, p. 98-99).

Tanto para Salgado como para Barroso e também para os antisemitas, o capitalismo judaico é responsável pela crise mundial que escravizou o homem, tornando-o mera mercadoria ou produto de um sistema capitalista cada vez mais explorador, que tornou o homem um mero número, produzindo uma série de problemas, só aumentando a luta de classes. A pobreza do mundo deve-se ao explorador, que não tem sensibilidade pelo próximo, sem ética ou valores:

Todo esse inferno contemporâneo é presidido pela soma do trabalho acumulado pelos latrocínios, na tradução metálica das barras de ouro e na versão social do papel-moeda, concentração nas mãos de poucos. É o Capital. Tudo gira em torno desse ídolo muito mais terrível do que o Moloch de Cartago, que exigia menor número de vítimas para as suas entranhas de fogo. Por que sofre tanto a humanidade? É o Capital, que mancha para a sua feição mais simples; que ensaia a sua tirania na forma dos grandes trusts, dos monopólios, dos grupos financeiros, das organizações bancárias, e que se dirige para o capitalismo de Estado,

numa velocidade cada vez maior e enervadora. É a besta apocalíptica. Que se assenhoreou do poder dos reis e dos impérios; que proclamou sua tirania sobre todas as nações, sobre todos os grupos sociais e sobre todos os homens. É o espírito da mentira e da crueldade. O dragão que devora os povos. Ele se ergueu, na face da terra, para enfrentar e negar a Deus... (SALGADO *apud* CHASIN, 1978, p. 380).

O espírito das trevas parece que erigiu o seu trono na alma das classes abastadas; o fogo da sua perfídia parece lampear nos olhos cúpidos dos grandes chefes financeiros, que comandam a marcha trágica da civilização; a sua avareza enche as arcas dos estabelecimentos bancários e aflige as classes produtoras; a sua solécia inflama de rancores e revolta as massas proletárias e o exército dos que sofrem necessidades e curtem dores secretas, oprimidos, humilhados por uma organização social que se esqueceu dos mais elementares sentimentos da solidariedade e da justiça humana (SALGADO *apud* CHASIN, 1978, p. 381).

Assim como Plínio Salgado, Barroso pensa que o capitalismo escravizou a humanidade. A pecúnia judaica havia deitado mão nos mais variados segmentos desde a imprensa até a exploração de recursos naturais como a eletricidade e os transportes, tornando o homem mera mercadoria, alimentando o “individualismo dissolvente”, aumentando a exploração do homem pelo homem. O judeu atuava em várias frentes de comércio, como parte dessa onda individualista, até o ensino encontrava-se mercantilizado. A pseudociência, na ótica de Barroso, jamais capacitou um olhar totalizante, o olhar do Século XX, facultando um novo homem brasileiro com um novo olhar, com uma nova maneira de sentir. Somente alterando o quadro caótico provocado pelo “capitalismo judaico” seria possível encontrar os reais elementos formadores deste novo Brasil. Barroso chamava atenção para um olhar totalizante, uma visão não unilateral que os homens do século XIX (um século de análise e não de soma) não tiveram. Tratava-se de uma visão unilateral que somente o novo século que se anunciava, o *Espírito do Século XX* (1936) permitiria que se sentisse “na vida das nações aquele fermento de decomposição a que Hitler se refere, ameaça oculta de afundamento do ocidente”.

Os males mundiais surgiram após a Revolução Francesa, orquestrados por um sem número de judeus. Se Salgado se refere ao século XIX para demarcar a crise mundial, em sua obra *O Sofrimento Universal*, Barroso dá continuidade a este tenebroso momento em que a burguesia chega ao poder, instaurando a “equidade política”, o que não resolve a questão social, pois para o integralista, do que adianta a democracia dos votos se no Brasil são sempre os grupos políticos que dão as cartas das eleições? Tanto para Salgado como para Barroso, liberdade po-

lítica (“equidade política”) significa anarquia, algo a ser evitado, pois permite o surgimento da corrida ao capital, razão para a ganância que destrói qualquer ética, quebrando os lineamentos sociais.

Salgado, em tese, não se opõe ao judeu com o ranço racial que só Barroso defendia abertamente, mas vimos que o judeu é o principal responsável do caos brasileiro: o mundo encontra-se em declínio em função das forças do capital, que cada vez mais expande seus tentáculos. Apesar de o judeu ser um agente forte deste capitalismo, a crítica tanto de Plínio quanto a de Reale não trazem o apelo racial. Podemos resumir de maneira clara a concepção de Salgado nesta passagem:

Nós estamos assistindo à morte do século XIX. Os séculos não são limitados pelo calendário. Eles se interpenetram. Enquanto um nasce, outro está morrendo. O século XIX está morrendo em pleno século XX. Basta auscultar o mundo de hoje, para se sentir que alguma coisa agoniza. Há uma surda tristeza na civilização contemporânea... São os inadaptados à velocidade e à sinfonia deste glorioso século XX. Esta tristeza está no século XX, mas não lhe pertence. É a angústia do século XIX que se debate contra a morte. Já alguns espíritos descobrem o sentido novo da Alegria e da Força. São os vanguardistas. O resto da humanidade é o século XIX, que agoniza. (SALGADO *apud* CHASIN, 1978, p. 380).

Para Barroso, Liberalismo e Comunismo são primos ou “filhos gêmeos” do judaísmo bolchevista. Notemos que em todos os aspectos a causa do problema deve-se à figura do judeu. Seja no plano político, econômico, religioso, educacional, da ciência e das artes no geral, o judeu aparece como o responsável pelo caos mundial, caos este provocado pela escravização em função de seu potencial capitalista. O regime que não respeita o “princípio de autoridade” é tenazmente combatido por Barroso, pois leva aos piores males, a começar pela separação do homem consigo mesmo.

Entramos num mundo caótico, de crise, que não une, só separa, onde os escritores e suas teorias possuem apenas uma visão limitada e não totalizante das coisas, foi o século XIX. Só a visão totalizante do regime espiritual-integral, sob o poder do Sigma (união de todos), tendo a ideia maior de Deus, pode salvar o mundo de uma anarquia ainda maior provocada pelas “criações judaicas”, dentre estas, o comunismo. No pensamento de Barroso não cabe racionalidade, pois essa permite a problematização-contestação daquilo que o autor concebe como natural, que é o complexo corpo social com suas particularidades por natureza divididas. Por isso, a defesa de um “Estado forte” (um regime espiritual), de combate



ao materialismo, substrato dos regimes de esquerdas, que subvertem a ordem e levam à “anarquia do número”. Em Barroso, a sociedade deve ser devidamente organizada, cada sujeito ocupa harmonicamente seu espaço num mundo regido por Deus. Sociedade e Estado se confundem, pois são partes dialéticas, um é o espelho do outro. Não existem choques, a sociedade é regida pela melhor forma de Estado, no caso, o “Estado Social Cristão”.

## Fontes

BARROSO, Gustavo. O integralismo de norte a sul. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BARROSO, Gustavo. O integralismo em marcha. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

BARROSO, Gustavo. O quarto império. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1935A.

BARROSO, Gustavo. O que o integralista deve saber. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935B.

BARROSO, Gustavo. Palavra e o pensamento integralista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935C.

BARROSO, Gustavo. **Espírito do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

BARROSO, Gustavo. A sinagoga paulista. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937A.

BARROSO, Gustavo. História Secreta do Brasil. 2º Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937B.

BARROSO, Gustavo. **Integralismo e Catolicismo**. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937C.

BARROSO, Gustavo. Brasil, colônia de banqueiros: história dos empréstimos de 1824 a 1894. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937D.

BARROSO, Gustavo. Integralismo e o mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937E.

BARROSO, Gustavo. **Judaísmo, maçonaria e comunismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937F.

BARROSO, Gustavo. Comunismo, cristianismo e corporativismo. Rio de Janeiro: ABC, 1938.

BARROSO, Gustavo. Liceu do Ceará. In: Memórias de Gustavo Barroso. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

SALGADO, Plínio. **O manifesto de outubro de 1932**. Edição do cinquentenário. São Paulo: editora Vozes do Oeste, 1982.

## Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil - Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e Revolução**: o integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANDIDO, Antonio. *In*: CHASIN, José. **O Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo Hiper-tardio. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978.

BERCITO, Sônia de Jesus Rodrigues. **Ser forte para fazer a nação forte: A Educação Física no Brasil (1932-1945)**. Dissertação apresentada ao Programa de História Social da FFLCH/USP, 1991.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Brasil, Refúgio nos Trópicos. A Trajetória dos Judeus Refugiados do Nazi-fascismo. São Paulo: estação Liberdade, 1977.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Dez mitos sobre os judeus. Cotia; São Paulo: Ateliê Editora, 2014.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Sob a máscara do nacionalismo. Autoritarismo e antissemitismo na Era Vargas. **Estudos Interdisciplinares de América Latina Y el Caribe**. Volume. 1, nº 1, Enero-Junio, 1990.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O antissemitismo na Era Vargas (1930-1945). 3º Ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Veneno da serpente: reflexões sobre o Antissemitismo no Brasil. Perspectiva, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cidadão do mundo: o Brasil durante o Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2010.

CAVALLI-SFORZA, Luigi Luca. **Genes, povos e línguas**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

CHACON, Vamireh. **História das Ideias no Brasil**. São Paulo, Grijalbo. EDUSP, 1977.

CHASIN, José. **Integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo Hiper-tardio. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978.

CHAUI, Marilena. **Ideologia e mobilização popular**. 2º Ed. Rio de Janeiro: CEDEC: Paz e Terra, 1977.

COMAS, J. **Raça e Ciência I**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

COHN, N. A **Conspiração Mundial dos Judeus**: Mito ou Realidade. Análise dos Protocolos e outros Documentos. São Paulo: Ibrasa, 1969.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista, EDUSF, 1998.

COSTA FILHO, Cícero João da. **Forças do mal: os prejuízos 'raciais' da figura do judeu na produção integralista de Gustavo Barroso (1933-1937)**. São Paulo: Todas as Musas, 2019.

COSTA FILHO, Cícero João da. **Sílvio Romero: literatura, raça e política**. São Paulo: Porto de Ideias, 2016.

COSTA FILHO, Cícero João da. **No limiar das raças: Sílvio Romero (1870-1914)**. São Paulo: Ed. Todas as Musas, 2017.

CRUZ, N. R. **O integralismo e a questão racial. A intolerância como conflito**. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e Antissemitismo nos Textos de Gustavo Barroso na década de 30**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH, 1992.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**: História e Historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

GERTZ, René. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Antissemitismo e nacionalismo, negacionismo e memória**: revisão e as estratégias da intolerância, 1987-2003. São Paulo: UNESP, 2006.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: História de uma ideologia. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica**: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LUIZETTO, Flávio V. **Os constituintes em face da imigração**: estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na constituição de 1934. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 1975.

MAIO, Marcos Shor. Qual antissemitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MENEZES, Eduardo Diathay Bezerra de. **Gustavo Barroso**: um cearense ariano. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.lv

MILGRAM, Avraham. **Os judeus do vaticano**: a tentativa de salvação de católicos não arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942). Rio de Janeiro: Imago, 1994.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta. A experiência brasileira. Formação**: histórias. São Paulo: SENAC, 2000. (Vários Autores).

MOTTA, Rodrigo Sá. **Em guarda Contra o "Perigo Vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EDUFF; 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

POLIAKOV, Léon. **A Europa Suicida**: 1870-1933. História do Antissemitismo IV. São Paulo: 1985.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido**: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Giselda (Org.). **Estudos sobre o Integralismo no Brasil**. Recife: Ed. da UFRPE, 2007.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. 2.º Ed. São Paulo: Difel, 1979.